



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA DA SEXTA REUNIÃO DE ACOMPANAMENTO TÁTICO (RAT)

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, às dez horas e quinze minutos, na sala de reuniões da Presidência do edifício-sede do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, iniciou-se a Sexta Reunião de Acompanhamento Tático da Presidência, Secretaria-Geral e unidades a elas vinculadas. Presentes o Secretário-Geral Blal Yassine Dalloul, o Secretário-Geral Adjunto, Wilson Rocha de Almeida Neto, os Membros Auxiliares Michel Betenjane Romano e Tamar Oliveira Luz Dias, os representantes da Secretaria de Gestão Estratégica Cristiano Rocha Heckert (Secretário), Sávio Neves do Nascimento e Bárbara Viégas Lelis (estagiária), o Assessor em exercício da assessoria de Comunicação Social e Cerimonial Wilson Ximenes Lima, o auditor chefe da Auditoria Interna Paulo Rogério Lins Ribeiro, a chefe de gabinete da Presidência do CNMP Eliane Rodrigues de Sales e o assessor Marcelo Pires da Silva, o Secretario Executivo Roberto Fuina Versiani, o Secretário de Tecnologia da Informatização Gustavo Fonseca Gonçalves de Almeida, o Coordenador de Gestão de Pessoas Luiz Armando Lopes Campião, a Secretária Processual Substituta Rafaela Oliveira, a Secretária de Planejamento Orçamentário Taissa Dagher e o Secretário de Administração Humberto de Campos Costa. Abertos os trabalhos, o Secretário-Geral passou a palavra para a Secretária Processual Substituta, Rafaela Oliveira, que relatou que a Portaria de Atribuições foi assinada e publicada no dia cinco de dezembro de dois mil e quatorze. Foram entregues cópias da Portaria e do Manual de Procedimentos para os Gabinetes, Comissões, Corregedoria e Presidência. Dentre as iniciativas propostas no Plano de Gestão pela SPR, encontram-se pendentes apenas o Diário Eletrônico (que está com o sistema e a certificação digital concluídos, aguardando aprovação de Resolução pelo Plenário) e o suporte nas homologações do sistema ELO, que passou para a fase da sessão eletrônica. Em relação ao acompanhamento do cumprimento de decisões, a medição é de 95% (noventa e cinco por cento) referente a novembro, ou seja, de um total de 466 (quatrocentos e sessenta e seis) processos de determinação, 428 (quatrocentos e vinte e oito) deles foram cumpridos, 16 (dezesseis) foram suspensos e 22 (vinte e dois) estão em acompanhamento. Já em relação ao cumprimento de Resoluções, a medição atual é de 88% (oitenta e oito por cento). Vale destacar o cumprimento da Resolução nº 110, que dispõe sobre a divulgação obrigatória das listas com os processos distribuídos a cada membro, onde apenas 6 (seis) Ministério Públicos (Bahia,

Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Tocantins) já estão cumprindo a regulamentação. Quanto à Resolução nº 115, que trata da remuneração nominal dos membros e servidores, apenas 10 (dez) unidades não cumpriram. São elas: Ministério Público dos Estados do Acre, da Bahia, de Minas Gerais, do Mato Grosso do Sul, da Paraíba, do Paraná, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, de Rondônia e o Ministério Público do Trabalho. Por fim, relatou sobre a conclusão da homologação do software de acompanhamento de decisões e que já foi solicitado à Secretaria de Tecnologia da Informatização – STI que coloque o sistema em ambiente de produção. Está pendente apenas o desenvolvimento do módulo de relatórios, que será concluído pela Corregedoria Nacional – CN assim que retornarem da inspeção. Após a conclusão definitiva, será feita a entrega formal do sistema para a Secretaria Geral. Em seguida, foi dada a palavra ao Secretário de Gestão Estratégica, Cristiano Rocha Heckert, que relatou que o indicador de realização de RAOs, RATs e RAEs alcançou 93,5% (noventa e três e meio por cento). Relatou também a proposta de calendário de reuniões de monitoramento para o próximo ano, com a realização de ciclos trimestrais de monitoramento e a sugestão de agrupar as RAOs de cinco unidades e a RAT ocorrendo um mês após o último bloco de RAOs do ciclo. Já sobre o projeto estratégico de Mapeamento de Processos de Trabalho, informou que a meta de conclusão se mantém para junho de dois mil e quinze, mesmo após a extensão da vigência do plano estratégico para o fim de dezembro de dois mil e dezessete. Iniciou-se em dezembro a execução do contrato que mapeará os processos priorizados pela Corregedoria Nacional, Presidência, Secretaria Geral e Secretaria Processual. O prazo para término dessa etapa é vinte e seis de março do próximo ano. Adicionalmente, em uma próxima contratação, serão mapeados os processos priorizados pelas Comissões e pela Ouvidoria Nacional. Adicionalmente, propôs ainda um aprimoramento no levantamento de processos passíveis de informatização em parceria com a STI para melhor refletir o indicador estratégico relacionado ao tema. A seguir, ressaltou que é esperada a conclusão da primeira etapa do Plano de Gestão dois mil e quinze até o início do recesso. Em seguida, foi dada a palavra à Secretária de Planejamento Orçamentário, Taissa Dagher, que expôs que o acompanhamento orçamentário foi retomado no sistema Channel. A iniciativa de elaboração do Projeto da Lei Orçamentária Anual está aguardando apenas a aprovação nas Casas Legislativas. Quanto à iniciativa de aquisição de sistema de orçamento, relatou que há um estudo em andamento para avaliar a possibilidade de se utilizar a ferramenta de *Business*

Intelligence para o monitoramento orçamentário. Informou também que foi cancelada a capacitação da *media training* para o atual exercício. Por fim, disse que a expectativa é que a execução orçamentária alcance 85% (oitenta e cinco por cento) ao fim do ano, caso seja desconsiderado o orçamento disponibilizado para a obra. Considerando o valor não executado com a obra, esse valor cairá para cerca de 80% (oitenta por cento). Adiante, foi passada a palavra para o auditor chefe, Paulo Rogério Lins Ribeiro, que expôs que há duas auditorias em andamento, sendo que a auditoria de licitações e contratos foi antecipada para atender à prestação de contas do atual exercício ao Tribunal de Conta da União – TCU. Na auditoria da folha de pagamento, tem-se o objetivo de sistematizar o acompanhamento contínuo da folha, em atendimento a recomendação do TCU no Acórdão nº 3.023/2013. Em seguida, o Assessor em exercício da assessoria de Comunicação Social e Cerimonial, Wilson Ximenes Lima, destacou o forte crescimento de seguidores do CNMP no Facebook, refletindo a forma de comunicação (por imagens e memes) feita pela unidade para atrair cada vez mais seguidores. No entanto, ressaltou que o processo de produção e divulgação de notícias deve ser melhorado para incrementar o interesse pelos canais de comunicação do CNMP. Espera-se que, com a chegada dos novos concursados, seja possível melhorar a produção e a qualidade das notícias. O Secretário-Geral Adjunto, Wilson Rocha de Almeida Neto, solicitou que a unidade verifique se, na divulgação de notícias sobre os membros, é adequado informar o nome completo do envolvido. A seguir, passou a palavra ao Secretário de Tecnologia da Informatização, Gustavo Fonseca Gonçalves de Almeida, que relatou sobre a aquisição do correlacionador de eventos. Informou que o edital foi publicado após um esforço conjunto com a Secretaria de Administração, da Secretaria Executiva e da Secretaria Geral. Relatou também que o edital para aquisição do sistema administrativo de almoxarifado e patrimônio está publicado e o pregão agendado para dezenove de dezembro. Em relação ao balanceador de carga, informou que o preço de referência para a contratação foi de seiscentos e setenta mil reais. Na sequência, a palavra foi dada ao Coordenador de Gestão de Pessoas, Luiz Armando Lopes Campião, que sugeriu um levantamento sobre os custos de utilização de servidores de outros órgãos, haja vista o alto índice do indicador. Sobre o software Mentor, informou que estão ocorrendo semanalmente reuniões com a empresa para a melhor implantação e migração da ferramenta. Como parte do esforço da unidade, todas as informações de pessoal estão sendo inseridas nos dois sistemas, atividade que ocorrerá até a total migração para o Mentor a

partir de janeiro de dois mil e quinze. Destacou que, assim que a migração for concluída, haverá uma ampla divulgação sobre o uso da referida ferramenta. Dando continuidade ao seu relato, informou sobre o alinhamento das unidades do Ministério Público sobre a aplicação do mapeamento de competências, tendo como responsáveis a Comissão de Planejamento Estratégico e o membro auxiliar Moacir Rey Filho. Informou a todos que a portaria regulamentando os exames periódicos no CNMP foi assinada no dia nove de dezembro de dois mil e quatorze. Ao fim, relatou sobre o entrave na contratação da empresa de agente de integração para a contratação de estagiários e informou que o Ministério Público do Trabalho disponibilizou a lista de aprovados para uso do CNMP. O contato com os aprovados se iniciará nos próximos dias e buscará a ocupação das vagas de Administração e Direito. Após os relatos da COGP, passou-se a palavra ao Secretário de Administração, Humberto de Campos Costa, que informou que foram realizadas, até o momento, 78 (setenta e oito) aquisições no exercício, sendo que 42 (quarenta e duas) foram concluídas. Relatou que a distribuição dos processos de aquisição ao longo do ano ajudou a execução dos trabalhos, destacando que 35% (trinta e cinco por cento) foram submetidos no primeiro semestre. A meta de tempo médio de tramitação dos processos de aquisição para o próximo ano é de até noventa dias. Destacou o alto índice de 42% (quarenta e dois por cento) de retrabalho nos processos de aquisição e o valor significativo de economia alcançada nos processos de repactuação e unificação de contratos, que totalizaram cento e cinquenta e quatro mil reais. Os participantes sugeriram que fosse inserido o valor do orçamento programado na planilha de acompanhamento de licitações para fins de comparação com o valor executado. Para finalizar a prestação de contas das unidades presentes, passou-se a palavra para o membro auxiliar da Presidência, Michel Betenjane Romano, que relatou sobre o Portal de Direitos Coletivos, informando que é realizado um acompanhamento mensal sobre a alimentação do *site* pelos Ministérios Públicos. Relatou também que a previsão para a implantação da fase I do sistema ELO é março do próximo ano. As etapas de homologação realizadas pela Secretaria Processual – SPR avançaram conforme planejado. Já a etapa de homologação realizada pelos gabinetes atrasou por falta de adesão dos assessores. O membro auxiliar destacou o empenho e dedicação da equipe da SPR e também a necessidade de priorização das próximas fases de desenvolvimento e implementação do sistema ELO pelo Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação. Dando continuidade ao projeto, a SPR realizará a homologação do módulo de

sessão eletrônica até fevereiro de dois mil e quinze. Em seguida, relatou sobre o acompanhamento e representação em Comitês Gestores Externos (Interoperabilidade e PJe nos estados), trabalho conjunto com o Conselho Nacional da Justiça – CNJ. Informou que, após a transição da administração do Supremo Tribunal Federal, foi realizado um primeiro contato com o novo gestor do Processo Judicial Eletrônico, que indicou que o projeto será mantido pelo CNJ. Ao fim de sua palavra, ressaltou a intenção de inserir um capítulo sobre o CNMP na publicação "MP um retrato 10 anos". A seguir, a palavra foi dada à membro auxiliar da Presidência Tamar Oliveira Luz Dias, que teceu comentários sobre o projeto de padronização das comunicações do CNMP, atividade que está sendo realizada pela Presidência, que busca normatizar os modelos e padrões dos documentos deste Conselho. Expôs também sobre o andamento do primeiro concurso público do CNMP, que teve início em abril deste ano, após a definição e readequação dos cargos do CNMP. Destacou o cuidado para justificar no processo a contratação direta da Fundação Carlos Chagas, além do trabalho minucioso na elaboração do edital por parte da Comissão do Concurso. Ressaltou que inúmeras inovações surgiram desse trabalho, como a possibilidade de adaptação do teste físico para candidatos com deficiência física, a regulamentação de exames médicos dos aprovados e a implementação de curso de formação para os técnicos de segurança. Ao final, o Secretário-Geral do CNMP agradeceu ao corpo de secretários e suas respectivas equipes pelos grandes avanços na gestão do CNMP, parabenizando individualmente seus secretários e assessores pelas realizações alcançadas ao longo de dois mil e quatorze. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às 12 horas e 40 minutos, lavrando-se a presente ata.